



Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Decanato de Pós-Graduação
Curso de Especialização/MBA em Gestão e Governança de Segurança Pública

DANILO RAMOS OLIVEIRA

**Saúde Mental na Segurança Pública: Uma Revisão Atual dos Desafios e Avanços no
Contexto Brasileiro**

Brasília - DF

2025

DANILO RAMOS OLIVEIRA

**Saúde Mental na Segurança Pública: Uma Revisão Atual dos Desafios e Avanços no
Contexto Brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas como requisito parcial à
obtenção do grau de Especialista em MBA
Gestão e Governança de Segurança Pública.

Orientador: Prof. Ma. Dionne Rayssa Cardoso
Corrêa

Brasília - DF

2025

DANILO RAMOS OLIVEIRA

**Saúde Mental na Segurança Pública: uma Revisão Atual dos Desafios e Avanços no
Contexto Brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Administração da
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
como requisito parcial à obtenção do grau de
Especialista/MBA em Gestão e Governança
de Segurança Pública.

Data de aprovação: 22/04/2025.

Prof. Ma. Dionne Rayssa Cardoso Corrêa
Orientadora

Prof. Ma. Elizânia de Araújo Gonçalves
Professora - Examinadora

Prof. Ma. Linda Crystin Figueira Magalhães
Professora - Examinadora

RESUMO

A saúde mental dos profissionais da segurança pública tem ganhado destaque no cenário nacional devido ao aumento de transtornos psíquicos, afastamentos e suicídios entre esses agentes. Este estudo apresenta uma revisão da literatura com o objetivo de analisar quais foram os caminhos seguidos, do meio acadêmico, a partir da publicação do livro “Saúde em Segurança Pública: Indicadores e Diretrizes para Intervenções no Âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – PRÓ-VIDA” (2022). Foram investigados estudos que retratam os programas de prevenção, estressores ocupacionais, os impactos emocionais e psíquicos, que afetam esses profissionais, bem como as políticas públicas existentes. Os resultados apontam para uma realidade marcada por jornadas exaustivas, falta de apoio institucional, estigmatização do sofrimento psicológico e deficiência de políticas preventivas eficazes. A pesquisa ressalta a urgência de estratégias integradas e contínuas de cuidado, promoção da saúde mental e mudança cultural nas corporações, visando a valorização do bem-estar desses profissionais e a qualificação do serviço prestado à sociedade.

Palavras-chave: saúde mental; segurança pública; transtornos psicológicos; burnout; políticas públicas.

ABSTRACT

The mental health of public security professionals has gained increasing prominence in the national context due to the rise in psychological disorders, absenteeism, and suicides among these agents. This study presents a literature review aimed at analyzing the academic developments following the publication of the book "Health in Public Security: Indicators and Guidelines for Interventions under the National Program for Quality of Life for Public Security Professionals – PRÓ-VIDA" (2022). The research investigated studies addressing prevention programs, occupational stressors, and the emotional and psychological impacts affecting these professionals, as well as the existing public policies. The findings reveal a reality marked by exhausting work schedules, lack of institutional support, stigmatization of psychological suffering, and a shortage of effective preventive policies. The study highlights the urgent need for integrated and continuous strategies for care, mental health promotion, and cultural change within security institutions, aiming to enhance the well-being of these professionals and the quality of services provided to society.

Key-words: mental health; public safety; psychological disorders; burnout; public policies.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.	METODOLOGIA	11
3.1.	Levantamento e Seleção de Estudos	11
3.2.	Critérios de Inclusão e Exclusão	12
3.3.	Análise de Dados	12
3.4.	Organização e Classificação dos Resultados	13
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4.1.	Fatores psicossociais e estressores da atividade policial	13
4.2.	Impactos sobre a saúde mental	14
4.3.	Políticas públicas e intervenções institucionais	15
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

Assim como temas sobre educação, economia e saúde, a segurança pública é uma das áreas mais sensíveis da sociedade, fonte dos principais debates políticos e é exercida por profissionais que lidam diariamente com situações de alto risco, violência, sofrimento humano e pressão institucional. Tais condições tornam esses profissionais particularmente vulneráveis a problemas de saúde mental. Nos últimos anos, a temática vem ganhando mais destaque em pesquisas acadêmicas e na formulação de políticas públicas, especialmente frente ao maior número de casos de suicídio, conforme demonstrado no anuário brasileiro de segurança pública de 2024, que relatou um aumento de 26 % nesse fenômeno, e nas questões de saúde mental, conforme relata Dias et al. (2023). Nota-se também que a quantidade de afastamentos de policiais por transtornos psicológicos é alarmante, acarretando risco ao próprio policial, devido a negligência governamental com o aumento expressivo em diagnósticos de transtornos mentais entre os agentes.

No Brasil, o debate sobre saúde mental dos agentes da segurança pública é recente, embora os sinais de sofrimento psíquico sejam antigos. O medo do estigma, a falta de estrutura psicológica institucional e a ausência de políticas preventivas agravam o problema. E diante dos diversos obstáculos enfrentados, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de implementação e fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental dos profissionais da segurança pública. Tais iniciativas são fundamentais para garantir não apenas o bem-estar psicológico desses agentes, mas também a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Neste cenário surgem algumas iniciativas por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para intervir e explorar tal temática no contexto de segurança pública. Uma dessas é construída em 2022, que em parceria com o Centro de Pesquisa em Avaliação e Tecnologias Sociais (CEPATs), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, lançou-se o livro *Saúde em Segurança Pública: Indicadores e Diretrizes para Intervenções no Âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – PRÓ-VIDA*. O objetivo central dessa proposta foi entender as demandas dos agentes de segurança pública em todo país relacionados à saúde, de modo geral, como forma de promover o cuidado, a prevenção e intervenções possíveis. Dividido em três partes, onde a primeira traz as evidências nacionais e internacionais sobre as intervenções e seus resultados para esse público. A segunda parte relata as evidências *in locu*, resultado de pesquisas e consultas à realidade dos profissionais da Segurança Pública. E, por fim, a terceira parte conclui discutindo quais as ações, baseadas nas evidências encontradas nas duas partes

anteriores, podem servir para melhoria desses profissionais (GOMEZ et al., 2022).

Considera-se que tal iniciativa foi um marco importante na sistematização do conhecimento científico e das realidades presentes nas instituições de segurança pública, possibilitando este estudo que tem como objetivo realizar uma revisão de literatura a fim de compreender os caminhos percorridos, no que diz respeito à saúde mental dos agentes de segurança pública, após a publicação do livro *Saúde em Segurança Pública: Indicadores e Diretrizes para Intervenções no Âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – PRÓ-VIDA* (GOMEZ et al., 2022).

A pesquisa pretende explorar os principais fatores estressores associados à profissão, as consequências psicológicas decorrentes, as políticas públicas existentes e as possíveis intervenções institucionais voltadas à promoção da saúde mental desses profissionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é definida como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 também apresenta um rol exaustivo dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública, bem como suas respectivas atribuições. No entanto, conforme destaca Corrêa (2022), embora o texto constitucional aparente adotar um enfoque predominantemente policial, ele deixa claro que a segurança pública é um direito e responsabilidade de todos, ampliando o escopo do tema, além de promover discussões que ultrapassam os limites da atividade policial, envolvendo diversas áreas do conhecimento e setores da sociedade civil, o que contribui para o aumento de sua importância e relevância no contexto social contemporâneo.

E, quando se fala em implicação social, Barton e Matthews (2017) relatam que a sociedade atual se tornou mais criteriosa nas discussões sobre segurança pública, exigindo políticas públicas baseadas em metas e objetivos, com foco na prestação de serviços de qualidade e eficiência. Esse processo de transformação vem se consolidando desde a promulgação da Constituição de 1988, o que contribuiu para a mudança da percepção sobre os órgãos de segurança pública, que, antes vistos como estruturados de forma militarizada e coercitiva, passaram a ser considerados dentro de uma abordagem mais social e cidadã.

Essa quebra de paradigma dentro das estruturas dos órgãos de segurança aumentou a demanda social por respostas mais condizentes com o esse novo contexto, porém as estruturas

das polícias não conseguiram acompanhar as mudanças sociais, gerando diversos impactos organizacionais, administrativos e políticos dentro e fora das corporações. Tais impactos repercutiram diretamente na saúde, produtividade e bem-estar dos agentes, refletindo, por conseguinte, na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Conforme Dias, Siqueira e Ferreira (2023), omitir-se diante desses fatos significa forte risco à sociedade, isso porque negligenciá-la é permitir que um policial, psicologicamente desequilibrado, possa, em situações de conflito, cometer excessos e abusos, agindo violentamente.

Para além dessas novas demandas os profissionais da área lidam com diversos estressores inerentes a profissão, como nas suas relações socioprofissionais, que são marcadas por silenciamento e comunicação precária, descrédito, perseguições, regulamento rígido, limitado por formalidades prescritas, condicionado o tempo todo (DIAS, SIQUEIRA E FERREIRA, 2023). Além da natureza complexa e perigosa do trabalho, que pode levar a exaustão física e emocional, gerando diversos prejuízos a sua qualidade de vida devido a questões como jornadas exaustivas e extenuantes, problemas financeiros, desvalorização institucional, social e profissional, falta de reconhecimento social, entre outros (BARRETO, CARVALHO, E LINS-KUSTERER, 2021; CARVALHO, DANTAS E HERNANDEZ, 2023).

Outro fator importante é identificar que a qualificação dos profissionais da segurança pública tem evoluído significativamente no Brasil. O ingresso na carreira policial, em todas as esferas do governo, ocorre por meio de concurso público, nos quais os candidatos são rigorosamente avaliados em aspectos intelectuais, físicos e psicológicos, visando assegurar que os indivíduos que estejam aptos para desempenhar as atribuições inerentes à futura profissão sejam selecionados. Dessa forma, é possível afirmar que, no início da carreira, grande parte desses profissionais apresentam boa saúde física e psíquica (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Percebe-se, porém, que o cotidiano de trabalho desses agentes contribui para o adoecimento. Brooks e Greenberg (2022) relatam que não apenas os policiais, mas também outros operadores de segurança pública ao redor do mundo, enfrentam problemas de saúde mental, como transtornos de estresse pós-traumático e depressão. Tais condições estão diretamente associadas a fatores ocupacionais e organizacionais, como sobrecarga de trabalho, falta de autonomia e reconhecimento, treinamento e recursos inadequados, percepção de injustiça institucional, além de conflitos entre o trabalho e a vida familiar.

Oliveira e Faiman (2019), apontam que em seu turno de serviço, e fora dele, os policiais sempre estão preocupados com a sua segurança e de seus familiares, perante a incessante sensação de ameaça, exigindo tensão constante. A percepção de risco e a preocupação com a

segurança modificam a rotina e comportamentos do policial e, como consequência, de sua família, podendo passar a evitar certos ambientes, pautando até mesmo a escolha do local de moradia (MAIA et al., 2022). Além disso, essa sensação exacerbada de risco contribui para a restrição dos círculos sociais, adotando posturas e comportamentos defensivos (JACINTO E ZUIN, 2024).

Outro impacto possível na vida policial, segundo Santos et al., (2025) é de o agente refletir seu sofrimento psíquico em violência policial, tornando-se um mecanismo de defesa para lidar com a pressão. Lima et al., (2024) relata que os policiais, diante da evolução dos sintomas psicológicos e físicos, podem desenvolver a despersonalização, caracterizada por atitudes frias e negativas, dispondo tratamento depreciativo com relação às pessoas diretamente envolvidas com o trabalho e na sociedade em geral, comportando-se com ironia e cinismo.

Tendo em vista o impacto que o profissional policial apresenta para a sociedade militar e civil, torna-se fundamental explorar quais os principais fatores estressores associados à profissão, as consequências psicológicas decorrentes, bem como, as políticas públicas existentes e as possíveis intervenções institucionais voltadas à promoção da saúde mental desses profissionais. As intervenções visando à melhoria da qualidade de vida no trabalho do policial podem contribuir para o fortalecimento das instituições, refletindo em uma melhor prestação de serviços à sociedade, por meio de um atendimento eficaz e de qualidade.

3. METODOLOGIA

A revisão de literatura narrativa tem caráter exploratório e descritivo com o objetivo de identificar as lacunas no meio acadêmico, apontando possíveis caminhos para novas pesquisas, bem como fornecer uma base sólida e teórica sobre o tema desenvolvido. Assim, essa metodologia foi escolhida para identificar quais foram os caminhos que as publicações acadêmicas sobre a saúde mental dos servidores da segurança pública no Brasil seguiram a partir da publicação do livro “Saúde em segurança pública: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do programa nacional de vida para profissionais de segurança pública – PRÓ-VIDA”, publicado em 2022.

Desta forma, o método permite mapear e sintetizar o conhecimento existente, sistematizando os dados científicos produzidos e publicados sobre os fatores que afetam a saúde mental desses profissionais, acusando as lacunas existentes no meio acadêmico, gerando uma reflexão crítica para produzir intervenções pertinentes além de explorar as políticas públicas existentes e as possíveis intervenções institucionais.

3.1. Levantamento e Seleção de Estudos

O levantamento dos artigos, teses, dissertações e livros utilizados nesta revisão foi realizado a partir de bases de dados acadêmicas e científicas, incluindo Google Acadêmico, Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES. Os critérios de inclusão consideraram a relevância do estudo para a temática abordada, a qualidade científica das publicações, a data de publicação (exclusivamente nos últimos três anos), bem como a diversidade das fontes utilizadas.

Os termos de busca utilizados na pesquisa incluíram as seguintes palavras-chave correlacionadas com "saúde mental", "servidores da segurança pública", "policiais", "burnout", "transtornos psicológicos", "transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)", "ansiedade", "depressão", "violência institucional", entre outras variações. A busca foi realizada em português, já que o intuito era compreender o impacto da obra no cenário nacional.

3.2. Critérios de Inclusão e Exclusão

A seleção dos estudos seguiu alguns critérios específicos para garantir a qualidade e a pertinência das informações analisadas:

Critérios de Inclusão:

- Estudos empíricos e teóricos que abordam a saúde mental dos profissionais da segurança pública no Brasil.
- Artigos publicados em revistas científicas indexadas, dissertações e teses de programas de pós-graduação reconhecidos, além de livros especializados.
- Publicações nos últimos 3 anos, com foco nas tendências mais recentes sobre o tema e pós a publicação do livro.
- Artigos que apresentam uma análise crítica ou sistemática dos fatores psicossociais que afetam a saúde mental desses profissionais, além de estudos sobre políticas públicas e intervenções institucionais.

Critérios de Exclusão:

- Estudos que não abordam diretamente a saúde mental dos servidores da segurança pública, mesmo que se relacionem com o tema de maneira periférica.

- Publicações de baixa qualidade metodológica, como resumos de congressos ou artigos sem revisão por pares.

3.3. Análise de Dados

Após a seleção dos artigos, procedeu-se à análise qualitativa das informações coletadas. A análise qualitativa envolveu a leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados, com o objetivo de identificar as principais temáticas abordadas pelos autores, os fatores de risco e os impactos observados na saúde mental dos servidores da segurança pública, além das intervenções propostas.

A análise foi realizada a partir da extração de dados sobre a prevalência dos transtornos psicológicos mais comuns entre os profissionais de segurança pública, como a síndrome de burnout, depressão, ansiedade e TEPT. A partir dessa análise, foi possível traçar um panorama sobre a saúde mental dos servidores e identificar as principais lacunas nos estudos existentes.

Durante a seleção dos artigos nas bases de dados, foram encontrados 46 artigos. Contudo, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, somente 16 artigos foram selecionados, principalmente pela baixa qualidade metodológica. Ressalta-se que não foi feita uma pesquisa exaustiva em todas as bases de dados acadêmicas.

3.4. Organização e Classificação dos Resultados

Os resultados da revisão de literatura foram classificados em três grandes categorias com maior prevalência e interesse do autor:

1. **Fatores psicossociais e estressores da atividade policial:** A primeira categoria aborda os principais fatores que contribuem para o desgaste psicológico dos profissionais da segurança pública, incluindo o estresse ocupacional, a exposição constante ao perigo, os conflitos sociais, a pressão por resultados e as condições de trabalho.
2. **Impactos sobre a saúde mental:** A segunda categoria foca nos transtornos psicológicos mais prevalentes entre os profissionais de segurança, como a síndrome de burnout, transtornos de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão, além de outros efeitos negativos na saúde emocional e física.

Políticas públicas e intervenções institucionais: A terceira categoria discute as iniciativas existentes para apoiar a saúde mental dos servidores da segurança pública,

incluindo programas de acolhimento psicológico, a formação de redes de apoio e a implementação de políticas públicas voltadas para o cuidado e prevenção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Fatores psicossociais e estressores da atividade policial

Rodrigues, Faiad e Silva (2025) apontam que os policiais, além de uma demanda laboral física excessiva na sua rotina, também estão expostos a uma série de fatores de risco psicossociais em seu trabalho, como carga excessiva de trabalho, autonomia reduzida, sobreposição de responsabilidades, relações interpessoais inadequadas e falta de suporte social, que podem impactar na sua saúde mental de forma negativa (FRANCISCO et al., 2022).

Nessa atividade, os agentes de segurança pública acumulam os desgastes diários provenientes da convivência social com desgaste inerente à própria profissão. Essa sobreposição de pressões torna esses profissionais mais vulneráveis à sobrecarga emocional oriunda desses dois polos inter-relacionados e, mesmo diante dessas adversidades, os agentes ainda têm a obrigação de lidar com os problemas da sociedade no exercício de suas funções, sendo que eles próprios fazem parte dessa mesma sociedade, compartilhando dos mesmos problemas, dificuldades e angústias — fatores que impactam diretamente sua saúde mental.

4.2. Impactos sobre a saúde mental

Diversos estudos indicam que os principais transtornos psicológicos enfrentados por profissionais da segurança pública incluem síndrome de burnout, depressão, TEPT, transtorno de ansiedade generalizada, ideação suicida e abuso de substâncias psicoativas.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), os índices de suicídio entre policiais e demais profissionais da segurança são significativamente mais elevados do que os observados na população em geral, com aproximadamente 60 % a mais de casos, sendo essa a principal causa de morte entre policiais fora de serviço. De acordo com Santos et. al (2023), as doenças psiquiátricas mais prevalentes entre policiais militares incluem depressão, ansiedade e síndrome de Burnout. Pereira (2025) aponta que fatores estressantes das condições de trabalho, problemas financeiros, entre outros levam ao adoecimento dos policiais militares e as mais relacionadas ao absenteísmo

incluem transtornos mentais e comportamentais, doenças circulatórias e osteomusculares, lesões e envenenamentos.

Esses transtornos mentais e comportamentais causam incapacidade, momentânea ou definitiva, para os policiais no Brasil. A organização do trabalho, conflitos interpessoais, fragilização das relações sociais, abusos de poder, dificuldades financeiras, acometimento por outras doenças e divórcios são alguns dos gatilhos para o adoecimento mental dentro deste público.

Ainda de acordo com Minayo e Constantino (2007), o burnout é uma das principais manifestações do esgotamento emocional desses servidores, sendo resultado de anos de sobrecarga, pressões psicológicas, frustrações e falta de reconhecimento institucional. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), essa síndrome é caracterizada por um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, comprometendo o desempenho no trabalho.

Já Gomes e Vieira (2025) apontam que as condições de trabalho precárias, somadas ao contato constante com situações de risco de morte e à exposição frequente à violência, têm implicações diretas na saúde mental dos profissionais da segurança pública. Esses agentes, muitas vezes, tendem a internalizar o sofrimento como um aspecto inerente à profissão, o que dificulta a busca por apoio psicológico especializado e contribui para o agravamento de quadros mentais já existentes.

Outro fator agravante é o isolamento emocional, que em busca de uma figura idealizada do ser policial, é demandado ao agente uma postura sempre inabalável no seu cotidiano, sem demonstração de emoções e afetos, ocasionando a falta de vazão das emoções, reforçado por estratégias de defesa coletiva como o silêncio (DIAS et al., 2023). Tal fato é, muitas vezes, intensificado culturalmente, pelo medo de serem vistos como fracos dentro e fora da corporação. Essa cultura do silêncio dificulta o acolhimento e a construção de redes de apoio. Para Santos, Braga e Rocha (2023), essa problemática pode causar consequências físicas e psicológicas negativas, afetando não apenas os indivíduos, mas também as suas famílias. Como demonstra Jacinto e Zuin (2024), os familiares percebem os sentimentos expostos ao policial, como vulnerabilidade, insegurança e a sensação de alerta constante, além do temor em relação à integridade física do policial (MAIA et al., 2022). Jacinto e Zuin (2024) ressaltam que a extensa carga de trabalho na instituição, ou em atividades extras para suplementar a renda, diminui o tempo de convívio com seus familiares, interferindo nas suas relações.

Por fim, os impactos da saúde mental também influenciam negativamente a própria

qualidade do serviço prestado à população. Um profissional emocionalmente abalado pode agir de forma precipitada, agressiva ou negligente, contribuindo para a desumanização das abordagens e para o agravamento da violência institucional. Para Lima et al. (2023), os policiais que se sentem exaustos, física e emocionalmente, têm dificuldades de relaxar e de desempenhar as suas atividades funcionais, podendo evoluir para uma diminuição de autoconfiança, sensação de fracasso e ineficácia na sua atividade.

4.3. Políticas públicas e intervenções institucionais

Apesar do crescente reconhecimento da importância da saúde mental para os servidores da segurança pública, as políticas públicas voltadas a esses profissionais ainda são insuficientes, fragmentadas e setorializadas por região e público. A implementação de programas focados na saúde mental tem sido lenta e, muitas vezes, limitada a iniciativas locais ou de baixo alcance. A ausência de uma política pública nacional integrada, com um protocolo de atendimento unificado, é um dos maiores obstáculos para o enfrentamento da questão visto que a criação de políticas de saúde mental deve se pautar não apenas pelo tratamento de transtornos já estabelecidos, mas também pela prevenção. Programas de treinamento psicológico preventivo para os agentes de segurança, além de acompanhamento contínuo, são fundamentais para lidar com o estresse crônico e os riscos psicológicos associados à profissão.

Em alguns estados, como no Piauí, conforme abordado por Cunha et. al (2024), foi realizado uma atividade de cuidados em saúde física e mental com o público de policiais militares em um quartel militar localizado no município de Parnaíba, cidade litorânea do estado do Piauí, onde a temática da saúde mental foi um dos pontos mais discutidos pelo grupo. As falas de sofrimento mental e riscos de adoecimento eram evidentes nos relatos dos policiais atendidos pelo programa, abordando anseios advindos do processo laboral, dificuldade de se desvincular do trabalho nas folgas, problemas de relacionamento com familiares e com os próprios pensamentos. Já no Paraná, a Polícia Militar conta com a Subseção de Assistência Social (SAS) que foca em promover o bem estar dos militares e seus familiares. Dentre suas atuações, o Serviço Social realiza atendimentos preventivos, abordagem e encaminhamento para tratamento de pacientes com transtorno mental, abordagem, intervenção e encaminhamento, após diagnóstico social, de militares e dependentes que necessitem de apoio psicológico, ressaltando a importância de universalizar o atendimento psicológico e social aos policiais militares (URBANO et al., 2023). No entanto, a institucionalização desses programas, garantindo o atendimento a

todos os profissionais, é algo que ainda precisa ser discutido e ampliado a nível nacional.

Nesse ínterim, Silva, apud Lopes (2022), afirma que o Plano e a Política Nacional de Segurança Pública foram criados em dezembro de 2018, com o objetivo de atender às demandas dos profissionais da segurança pública. As ações propostas, se devidamente implementadas, podem contribuir significativamente para a redução dos casos de sofrimento, especialmente aqueles relacionados à saúde mental desses trabalhadores. Isso porque as medidas estão voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, um elemento essencial para a eficiência das instituições e do Sistema de Segurança Pública.

Já Corrêa (2022) defende que é necessário implementar palestras sobre saúde mental no trabalho para todo o time e os treinamentos de líderes para gestão emocional são boas formas de iniciar soluções para o adoecimento. O principal desafio é ampliar a discussão e torná-la acessível e compreensível para todos os profissionais da segurança pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação do livro Saúde em segurança pública: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do programa nacional de vida para profissionais de segurança pública – PRÓ-VIDA ajudou a fomentar as discussões a respeito saúde mental dos servidores da segurança pública no Brasil, porém ainda carece de atenção e de políticas públicas adequadas que possam amparar esses profissionais de maneira efetiva.

A presente revisão de literatura procurou oferecer uma visão abrangente sobre os principais fatores que afetam a saúde mental desses trabalhadores, seus impactos diretos na qualidade de vida e nos serviços prestados à sociedade, bem como as políticas existentes. A revisão narrativa, apesar de ser uma metodologia amplamente utilizada e eficaz, apresenta algumas limitações. A principal delas diz respeito à possibilidade de viés na seleção dos artigos, uma vez que apenas estudos publicados em fontes acadêmicas foram considerados e não foram exauridas as pesquisas sobre o tema nas bases de dados citadas, além da subjetividade na seleção dos artigos.

Outro fator diz respeito ao fato de que a maior parte dos estudos brasileiros se concentram em áreas específicas, como a polícia militar ou a polícia civil de determinados estados, o que pode não refletir a realidade de outras corporações ou de outras regiões do país. Assim, é importante que a pesquisa seja complementada por investigações futuras que contemplem uma amostra mais ampla e diversificada.

A partir da análise, ficou notório que os agentes ainda estão expostos a uma série de fatores psicossociais e estressores que comprometem sua saúde mental. A constante exposição à violência, a pressão por resultados, o estresse constante e os riscos inerentes à profissão são apenas alguns dos fatores que aumentam a vulnerabilidade desses profissionais a transtornos psicológicos, como a síndrome de burnout, TEPT, depressão e ansiedade. Esses problemas não apenas afetam o bem-estar dos profissionais, mas também têm consequências sérias para a eficácia das forças de segurança pública, uma vez que profissionais com saúde mental

debilitada podem comprometer a segurança da população e a qualidade do atendimento prestado.

Ainda se faz necessário avançar muito, pois as políticas públicas são insuficientes para lidar com a magnitude do problema. A ausência de uma abordagem preventiva, de protocolos claros e de um suporte contínuo para os servidores da segurança pública contribui para o agravamento dos transtornos psicológicos. Além disso, a falta de compreensão e de acolhimento institucional, associada ao estigma relacionado ao cuidado da saúde mental, impede que muitos profissionais busquem a ajuda necessária, agravando ainda mais seus quadros. Outro fator importante é a falta de políticas abrangentes, visto que o público acaba sendo muito heterogêneo, devido ao fator territorial e das peculiaridades de cada órgão.

Um dos principais pontos identificados nesta revisão de literatura é a importância de uma mudança cultural nas forças de segurança, que deve passar pela desestigmatização da busca por apoio psicológico e pelo incentivo à adoção de práticas de autocuidado e de gestão de estresse. Além disso, a implementação de políticas públicas mais integradas e eficazes, que promovam o cuidado contínuo e a prevenção, é essencial para garantir a saúde mental dos profissionais da segurança pública no Brasil.

A pesquisa também apontou para a necessidade urgente de ampliação e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a saúde mental dos servidores da segurança pública, com foco em um modelo preventivo que se antecipe aos problemas emocionais e psicológicos antes que se tornem graves. Expandir a rede de apoio psicossocial, com a implementação de mais programas educacionais para capacitar os líderes e gestores a lidar com questões emocionais, bem como instrumentalizar os agentes sobre a gestão do estresse são algumas das ações necessárias para garantir o bem-estar desses profissionais.

Também se faz necessário ampliar as discussões para as questões de gênero, pois há uma lacuna nas pesquisas, sendo imprescindível discutir a vitimização desse grupo, que já é atingido por diversos outros estressores na sociedade, dentro dos órgãos de segurança pública.

Embora esta pesquisa tenha sido uma contribuição importante para o entendimento da saúde mental dos servidores da segurança pública, é fundamental que sejam realizados estudos mais aprofundados e que abordem, por exemplo, a eficácia dos programas existentes e o impacto das políticas públicas de saúde mental em diferentes estados do Brasil. As futuras investigações devem buscar preencher as lacunas identificadas, ampliando a compreensão sobre como fatores sociais, culturais e institucionais influenciam a saúde mental dos profissionais de segurança e como as políticas podem ser mais eficazes na promoção do bem-estar desses servidores.

Portanto, é imprescindível que o tema da saúde mental dos servidores da segurança pública no Brasil seja tratado com a seriedade que ele merece, promovendo uma transformação estrutural que envolve desde a desestigmatização da saúde mental nas corporações até a implementação de políticas públicas mais robustas e integradas. Somente com o investimento em programas de apoio, treinamento e acolhimento psicológico será possível garantir a qualidade do trabalho desses profissionais e, conseqüentemente, a segurança e o bem-estar da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. 18. ISSN 1983-7364.

BARRETO, C. R.; CARVALHO, F. M.; LINS-KUSTERER, Liliane. Factors associated with health-related quality of life of military policemen in Salvador, Brazil: cross-sectional study. *Health and Quality of Life Outcomes*, v. 19, p. 1-7, 2021. DOI:10.1186/s12955-020-01661-0. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12955-020-01661-0>

BARTON, H.; MATTHEWS, R. Uma avaliação do impacto das intervenções enxutas no serviço de polícia do Reino Unido. *American Journal of Management*, v. 17, n. 2, p. 9-22, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BROOKS, S. K.; GREENBERG, N. Mental health and wellbeing of border security personnel: Scoping review. *Occupational Medicine*, v. 72, n. 9, p. 636–640, 2022.

CACCIARI, M. B.; BRUM L., I.; GABRIELLE T. C. R., C.; P. C. G., K.; LINCOLN B. L., S.; MARTINS G., V. Saúde mental nas polícias: revisão integrativa da literatura. *Psicologia Argumento*, v. 42, n. 117, 2024. DOI: 10.7213/psicolargum.42.117.AO14. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/31286>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CORNETO-SILVA, E.; ORUÊ, A. de B.; R., G. da S.; SANTOS, J. A. dos; CORREA, N. S. R.; OLIVEIRA, V. S. de; VILALBA, A. C. de C. Práticas da gestão de pessoas na segurança pública e seus reflexos na saúde mental dos servidores dos municípios de Aquidauana e Anastácio-MS. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 3, p. e7686, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n3-010. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7686>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARVALHO, R. G.; DANTAS, J. dos S. O. M.; HERNANDEZ, J. A. E. Fatores de risco psicossociais no trabalho do policial militar: revisão sistemática. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 11, p. 27407–27427, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-159. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2878>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CORRÊA, J. S. Os desafios dos profissionais de segurança pública e suas relações com o bem-estar social e o bem-estar social no trabalho. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria.

CUNHA, K. R. F.; FONTENELE, A. R. B.; BARBOSA, N. S.; RIBEIRO, A. A. de A.; ROCHA, E. P. da; BARRADAS, N. N. U. F.; LIRA, J. A. C.; FERNANDES, M. A. Cuidando de quem protege: relato de experiência sobre ação de promoção e cuidados em saúde com

Policiais Militares. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e10748, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-249. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10748>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DIAS, C. A.; SIQUEIRA, M. V. S.; FERREIRA, L. B. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 1, e2022-0095, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120220095. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120220095>.

FRANCISCO, D. R. M.; RODRIGUES, A. P. G.; PEREIRA, G. K. Riscos psicossociais na saúde mental de policiais militares. *HOLOS*, v. 8, e10379, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10379>.

GOMES V., B. G.; LEAL VIEIRA, K. F.. Síndrome de burnout: um estudo com policiais militares. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 10, n. 2, p. 552-567, 2025. DOI: 10.22289/2446-922X.V10A2A34. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/1173>. Acesso em: 13 abr. 2025.

GOMEZ, Victória Ayelen; MURTA, Sheila Giardini; ZANINI, Daniela Sacramento; FAIAD, Cristiane; OLIVEIRA, Sérgio Eduardo Silva; NASCIMENTO, Thiago Gomes (Orgs.). *Saúde na segurança pública: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – Pró-Vida*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2022. 284 p. ISBN 978-65-87762-17-3. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/7366>.

INTERNATIONAL STATISTICAL CLASSIFICATION OF DISEASES AND RELATED HEALTH PROBLEMS (ICD). OMS. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 14 abr. 2025.

JACINTO, G. P.; ZUIN, D. C. Repercussões do trabalho na vida de policiais: uma revisão integrativa. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. e3609, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i5.3609. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3609>. Acesso em: 19 abr. 2025.

LIMA, E. C.; SOBRINHO, C. L. N.; RODRIGUES, Éder P.; GOIS, J. A.; JÚNIOR, D. F. M. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES EM UM GRANDE CIDADE DO ESTADO DA BAHIA. *Saúde Coletiva (Barueri)*, [S. l.], v. 14, n. 91, p. 13478-13495, 2024. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13478-13495. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3174>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MAIA, A. B. P.; ASSIS, S. G.; MINAYO, M. C. S. Repercussões para o trabalho, a saúde e as relações familiares dos policiais feridos por arma de fogo em face. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 8, p. 3193-3202, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022278.01122022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.01122022>.

MINAYO, M.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais

civis e militares na (in) segurança pública. *Cad Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2767–2779, 2007. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=465155&indexSearch=ID>. Acesso em: 14 abr. 2025.

O SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES E OS ESFORÇOS PARA PREVENÇÃO. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 10, p. e4104039, 2023. DOI: [10.47820/recima21.v4i10.4039](https://doi.org/10.47820/recima21.v4i10.4039). Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4039>. Acesso em: 17 abr. 2025.

RODRIGUES, C. M. L.; FAIAD, C.; SILVA, M. C. Sintomas Osteomusculares em Policiais Militares: uma Investigação dos Fatores Psicossociais correlacionados. **Revista Ciência & Polícia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 10–28, 2024. DOI: [10.59633/2316-8765.2024.335](https://doi.org/10.59633/2316-8765.2024.335). Disponível em: <https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/view/335>. Acesso em: 19 abr. 2025.

RODRIGUES, R. S.; MONTEIRO, J. K.; PIRES, K. N. Riscos psicossociais no trabalho no setor público brasileiro: revisão sistemática. *Diaphora*, v. 10, n. 3, p. 59–66, 2021. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/316/277>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTOS, F. B. D. et al. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p. 5987–5996, 2021.

SANTOS, M. I. S. dos; JANUÁRIO, J. R.; SANTOS, A. L. dos; CAVALCANTE, F. C.; SANTOS, B. S.; LIMA, J. A. Q.; ASSEM, G. R. COTIDIANO POLICIAL, RISCOS PSICOSSOCIAIS E ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1554, 2025. DOI: [10.23900/2359-1552v14n1-55-2025](https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n1-55-2025). Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1554>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SANTOS, R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*, v. 20, n. 2, p. 14–27, 2019. Disponível em: <https://herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTOS, R. dos M.; BRAGA, W. de S.; DA ROCHA, W. S. O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA QUALIDADE DE VIDA E NO DESEMPENHO PROFISSIONAL DE POLICIAIS MILITARES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 20528–20547, 2023. DOI: [10.56083/RCV3N11-036](https://doi.org/10.56083/RCV3N11-036). Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2136>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVA, C. C. S.; SANTOS, G. M.; AMORIM, M. S. ; COSTA, M. M. H.; MEDEIROS, S. M. Burnout Syndrome among civilian Police officers. *REME – Revista Mineira de Enfermagem*. 2018.

SILVA, J. de L. . The illness of public security professionals: a literary approach on the index of the main pathologies that contribute to work absence. *Research, Society and Development*,

[S. l.], v. 12, n. 3, p. 37, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.40269. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40269>. Acesso em: 13 apr. 2025.

URBANO, Tiago Rodrigues; CANTADOR, Fernando Paulo; DA SILVA, João Batista. SUICÍDIOS NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ANÁLISE COMPARATIVA ANTERIOR E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 22, n. 2, p. 79, 2023. Disponível em: <<http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/572>>. Acesso em: 19 de abril de 2025

VALENTIM, C. K.; RIBEIRO, E. A. de P.; MORAES, T. D.. RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE MENTAL E PERCEPÇÃO DO CONTEXTO DE TRABALHO NA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 8, n. Contínuo, p. 33, 2023. DOI: 10.20873/2526-1487e023033. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/16689>. Acesso em: 15 abr. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD). Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 15 abr. 2025.